



CPI que investiga contas brasileiras no HSBC da Suíça vota relatório hoje

Parecer do senador Ricardo Ferraço inclui dados relacionados ao escândalo conhecido como Swissleaks recebidos da Justiça francesa em janeiro

O Brasil aparece como o nono país na lista de correntistas suspeitos de irregularidades na filial suíça do banco HSBC em Genebra: estima-se que US\$ 7 bilhões tenham deixado o país sem a devida prestação de contas.

A CPI aprovou requerimentos pedindo a quebra de sigilo fiscal e bancário de clientes investigados por operações irregulares e a listagem completa dos brasileiros que possuíam conta na unidade do banco na Suíça. Entre as autoridades ouvidas, estiveram o presidente do HSBC

no Brasil, André Brandão, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Por meio de videoconferência, a comissão também ouviu o ex-funcionário do HSBC Hervé Falciani, que revelou os dados do esquema de fraude fiscal.

Investigação feita do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos apontou que clientes do HSBC de várias nacionalidades teriam utilizado artifícios para manter em suas contas dinheiro não declarado entre 2005 e 2007. A CPI foi instalada em março de 2015. **5**



Paulo Paim (C) conduz audiência sobre crescimento econômico e emprego

Entidades sindicais querem que dívida pública passe por auditoria

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas afirmaram que a dívida pública federal é elevada demais e que isso contribui para impedir a retomada do crescimento econômico do país. De acordo com eles, a dívida pública deveria passar por uma auditoria. “Essa medida política abriria o caixa em mais de 50%”, dis-

se Paulo Barela, da Central Sindical Popular. “A dívida é fruto de juros sobre juros sobre juros, o que leva à situação que estamos vivendo agora”, acrescentou. De acordo com Clemente Ganz Lúcio, do Dieese, o tamanho do endividamento do governo e a taxa de juros impedem o Estado de fazer investimentos. **4**

Senado e Supremo discutem processo de impeachment 3

Proposta dá mais transparência a gasto presidencial 6

Na pauta, PEC que dificulta paralisação de obra pública 4

Eleição pode preencher cargo vago da Mesa 2

Acordo decidirá chefia da Comissão de Orçamento 4

Senadores debatem fibra óptica na defesa nacional 6

Texto prevê multa em caso de queda de energia 5

Projeto permite que faculdade pública use Lei Rouanet 6

Audiência aborda capital estrangeiro na aviação 7



As funções dos ministérios extintos foram transferidas para outras pastas que continuarão na estrutura da Esplanada

Congresso analisa redução de 32 para 23 ministérios

Primeira medida provisória do presidente interino, Michel Temer, será analisada por uma comissão mista especialmente instalada com esse objetivo e depois será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. O texto extinguiu os Ministérios da Cultura, das Comu-

nicacões, do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, além da Controladoria-Geral da União, da Secretaria de Portos, da Secretaria de Comunicação Social e da Casa Militar da Presidência da República. **3**

Avaliar atividade legislativa ainda é um desafio

Definir indicadores para avaliar a atividade legislativa é uma tarefa complexa, já que há diferentes aspectos possíveis de medição e diversas fases no processo legislativo do país. O desafio foi apresentado ontem em audiência na Comissão Senado do Futuro, sobre a modernização do sistema legislativo. A participação do cidadão desde o início do processo e o conhecimento da opinião popular pelos parlamentares foram apontados como essenciais. **2**

especial
Cidadania

Alérgicos pedem clareza nos rótulos de alimentos

Uma norma da Anvisa e um projeto do senador Antonio Carlos Valadares podem ajudar a prevenir as reações adversas enfrentadas por quem tem alergia alimentar. A ideia é obrigar os fabricantes de alimentos a identificar claramente, nos rótulos

dos produtos, a presença de ingredientes alérgenos como ovo, leite, amendoim, soja, trigo, castanhas, peixes e crustáceos. No Brasil, o problema atinge entre 6% e 8% das crianças com menos de 3 anos e de 2% a 3% da população adulta. **8**



Sem informação precisa nos rótulos, alérgicos ficam submetidos a riscos

Jane de Araújo/Agência Senado - 23/3/2016



Reunião da Mesa presidida por Renan (C), em março: colegiado administra funcionamento do Senado e conduz trabalhos

Mesa do Senado pode fazer eleição para cargos vagos

Romero Jucá, que ocupava a Segunda-Vice-Presidência, licenciou-se para assumir o Ministério do Planejamento. Douglas Cintra, que era suplente de secretário, devolveu mandato a Armando Monteiro

COM A SAÍDA de dois integrantes da Mesa do Senado, pode ocorrer nova eleição. Está vago o cargo de segundo-vice-presidente, antes ocupado pelo senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), que assumiu o Ministério do Planejamento no governo interino de Michel Temer. Também saiu o quarto suplente de secretário, que era Douglas Cintra (PTB-PE). Ele devolveu o cargo de senador ao titular Armando Monteiro (PTB-PE), que reassumiu o mandato após deixar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A Mesa é responsável por administrar o funcionamento do Senado, conduzir os trabalhos e organizar a agenda do Plenário. Ela é composta por presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários, com quatro suplentes para substituir os titulares em caso de impedimento.

Segundo Gilberto Guerzoni, consultor do Senado, se houver o entendimento de que o afastamento de um membro

é definitivo, a nova eleição na Mesa e nas comissões deve ocorrer dentro de cinco dias úteis a partir da vacância do cargo, como prevê o Regimento Interno do Senado.

Guerzoni lembra que houve um precedente recente, quando a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), à época no PT, deixou a Primeira-Vice-Presidência para assumir o Ministério da Cultura no governo de Dilma Rousseff. O então senador Anibal Diniz (PT-AC) foi o indicado do partido para ocupar o cargo em eleição suplementar.

— A previsão regimental é explícita para o presidente de comissão, mas entendo que pode se aplicar a mesma regra para os demais cargos — observou o consultor.

Composição

A composição da Mesa é renovada a cada dois anos. A última eleição foi em 2015. Os senadores se reúnem em sessão preparatória para eleger os membros. A votação é secreta, por maioria de votos, presente

a maioria dos senadores e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

Um dos critérios para a composição é que o maior partido sempre indica o presidente, cargo que é exercido atualmente pelo senador Renan Calheiros. A Primeira-Vice-Presidência é ocupada pelo senador Jorge Viana (PT-AC). Ocorrendo nova eleição, a Segunda-Vice-Presidência permanecerá com o PMDB.

Na ausência do presidente do Senado, o cargo pode ser ocupado interinamente pelo primeiro ou pelo segundo-vice-presidente da Mesa.

Os secretários são responsáveis por funções como leitura de correspondências oficiais, pareceres das comissões, supervisão de atividades administrativas e contagem de votos.

A Mesa também é responsável por dar a redação final às propostas do Senado ou àquelas que vêm da Câmara alteradas por emendas.

Cidinho Santos assume mandato pela terceira vez

Cidinho Santos (PR-MT) reassumiu o mandato de senador. A comunicação foi lida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) na sessão de ontem. Cidinho ocupa a vaga pela terceira vez no lugar de Blairo Maggi (PP-MT), que assumiu o Ministério da Agricultura.

Cidinho, de 47 anos, havia exercido o mandato de agosto a dezembro de 2012 e de março a julho de 2014, em decorrência de licença médica e para tratar de assuntos particulares do titular. Nesses períodos,

o suplente atuou em defesa do setor produtivo agrícola. Foi titular nas Comissões de Assuntos Econômicos, de Infraestrutura e de Relações Exteriores e apresentou 15 projetos de lei.

Empresário e avicultor, é filho de retirantes nordestinos e mora em Mato Grosso desde a década de 1980. No estado, foi prefeito de Marilândia por três mandatos (o primeiro deles iniciado quando tinha 23 anos) e presidiu a Associação Mato-Grossense dos Municípios.



Cidinho ocupa a vaga de Blairo, que foi para o Ministério da Agricultura

Moreira Montiz/Agência Senado

Debatedores apontam desafios para a avaliação da atividade legislativa

Participantes de audiência pública promovida ontem pela Comissão Senado do Futuro ressaltaram a complexidade de definir indicadores para avaliação da atividade legislativa no futuro. Os motivos seriam os diferentes aspectos possíveis de medição e as inúmeras fases do processo legislativo no sistema bicameral do país. Segundo o presidente da comissão, senador Wellington Fagundes (PR-MT), o objetivo do debate é a busca pela modernização do sistema legislativo.

A professora Magna Inácio, da Universidade Federal de Minas Gerais, disse que, ao tratar de indicadores de avaliação, é preciso considerar e expor aos cidadãos as diferentes atribuições das duas Casas legislativas. Para o professor da Universidade de Brasília Paulo Calmon, é necessário fazer o cidadão participar do

processo de atividade legislativa desde o início e possibilitar ao parlamentar conhecer a opinião da sociedade sobre o tema em debate. Ele propôs um método em que a opinião pública seja ouvida antes de as decisões serem tomadas:

— É preciso ter informação disponível no tempo certo para que o parlamentar possa deliberar, decidir, propor, votar com base em evidências.

Após o debate, servidores da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e da Consultoria Legislativa do Senado se reuniram para discutir a questão. Maria Regina Alves, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, apresentou o site politicaspUBLICAS.almg.gov.br como modelo de indicador de avaliação de apoio à atividade parlamentar.

A comissão deve fazer mais duas audiências sobre o tema.



Roque de Sá/Agência Senado

Presidida por Wellington (C), comissão discute modernização do Legislativo

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Comunicações ópticas

8h45 Entre os 38 itens da reunião, está o projeto que cria o sistema de comunicações ópticas para a defesa nacional.

CMA Educação ambiental

9h30 Análise de 15 propostas. Entre elas, o projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

CAE Querosene de aviação

11h Projeto que fixa alíquota máxima de impostos sobre operações com querosene de aviação faz parte da pauta, com 15 itens.

PLENÁRIO Hospital

11h Sessão especial comemora os 100 anos de fundação do Hospital Amaral Carvalho, de Jau (SP). Às 14h, sessão deliberativa.

CE Incentivo ao esporte

11h45 Proposta que amplia incentivos fiscais para atividades esportivas é um dos 12 itens da pauta de votação.

CPI DO HSBC Relatório

14h30 Apresentação do relatório final.

MP 714 Tarifa aeroportuária

14h30 Audiência sobre a medida provisória que extingue o adicional de tarifa aeroportuária.

TRANSPARÊNCIA Divulgação de gastos

14h30 Comissão analisa projeto que determina a divulgação de gastos pessoais da Presidência da República.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 11h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Medida de Temer reduz número de ministérios

Primeira medida provisória editada pelo presidente da República interino chegou ao Congresso na sexta-feira e passa de 32 para 23 o número de pastas no governo federal

CHEGOU AO CONGRESSO na sexta-feira a primeira medida provisória editada pelo presidente interino, Michel Temer. O texto trata da reforma ministerial do novo governo, que reduziu o número de pastas de 32 para 23. A decisão foi publicada em uma edição extra do *Diário Oficial da União* na quinta-feira, após a posse de Temer.

A MP 726/2016 extinguiu a Secretaria de Portos, a Secretaria de Comunicação Social, a Casa Militar da Presidência da República e os Ministérios da Cultura, das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Os cargos dos ministros que ocupavam esses ministérios também foram extintos. O novo ministério criado, da Transparência, Fiscalização e Controle, abarca parte das competências da Controladoria-Geral da União (CGU), também extinta pela MP.

Pela medida, o Ministério da Educação voltou a englobar a Cultura. As funções das Secretarias de Aviação Civil e de Portos passaram para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. As funções do extinto Ministério das Comunicações foram para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

As questões relativas às mulheres, igualdade racial e direitos humanos passaram para o Ministério da Justiça e Cidadania. O novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário vai



Marcos Oliveira/Agência Senado

No governo interino de Temer, alguns ministérios, secretarias e a Controladoria-Geral foram extintos, e suas funções foram englobadas por outros órgãos

abarcas as funções do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As funções da extinta Casa Militar passam ao recém-criado Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Esse gabinete tem, entre outras competências, a de assistir o presidente da República no desempenho de suas atribuições, acompanhar as questões com potencial de risco à

estabilidade institucional, coordenar as atividades de inteligência federal e zelar pela segurança pessoal do chefe de Estado e dos seus familiares.

O texto também manteve o status de ministro para o chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República e para o chefe da Casa Civil. No entanto, prevê a perda desse status para o advogado-geral da União e

para o presidente do Banco Central, assim que for aprovada uma emenda à Constituição que confira a eles o foro privilegiado perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

A MP será analisada agora por uma comissão mista especialmente instalada com esse objetivo e depois será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Jorge Viana critica fisiologismo e diz que país está ficando pior

De quinta-feira para cá, com a posse do presidente interino, Michel Temer, o Brasil mudou para pior, na opinião de Jorge Viana (PT-AC).

O senador destacou a repercussão negativa do afastamento de Dilma em vários jornais internacionais e avaliou que Temer começou mal ao anunciar, entre as primeiras medidas de seu governo, a fusão do Ministério da Cultura com o da Educação e a do Ministério da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações.

Jorge Viana criticou também o fato de Temer não ter chamado nenhuma mulher para seu ministério e ressaltou que o fisiologismo predominou na definição dos novos ministros.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Humberto Costa afirma que o novo governo envergonha o Brasil

Os primeiros movimentos do governo do presidente interino Michel Temer estão causando vergonha ao país, segundo Humberto Costa (PT-PE). O senador disse que Temer é considerado inelegível pela Justiça Eleitoral e criticou a formação do novo ministério, com citados em operações da Polícia Federal.

— O fato de não haver mulheres ou negros no primeiro escalão é revelador e mostra uma visão elitista, além de significar que Temer não reconhece qualidades entre as mulheres ou entre as minorias do país — afirmou.

Humberto também demonstrou preocupação com a continuidade dos programas sociais e afirmativos.



Moreira Matiz/Agência Senado

Telmário Mota anuncia que fará oposição crítica no Congresso

Telmário Mota (PDT-RR) classificou o impeachment como um processo de ódio, revanchismo e vingança e chamou o presidente interino Michel Temer de golpista. Apesar disso, afirmou que não será contrário às iniciativas que forem boas para o povo brasileiro.

— Eu não vou fazer uma oposição doentia ou radical. Eu vou estar aqui defendendo o país, defendendo o Brasil, defendendo as conquistas do povo brasileiro — disse.

O senador lamentou a formação do novo ministério, com envolvidos nas Operações Lava Jato e Zelotes. Além disso, para ele, o primeiro escalão do governo é conservador e machista.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Alvaro: presidente valoriza independência do Ministério Público

Alvaro Dias (PV-PR) elogiou o presidente interino Michel Temer por ter se manifestado contra a sugestão do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, quanto à escolha do procurador-geral da República. Moraes havia dito que o presidente não precisaria escolher o mais votado da lista tríplice indicada pelo Ministério Público Federal, método que vem sendo observado há anos.

Segundo Alvaro, ao desautorizar o ministro, Temer reafirmou a independência do Ministério Público. O senador também defendeu o fim do foro privilegiado para políticos, ministros, secretários de estado e detentores de cargos no Executivo.



Moreira Matiz/Agência Senado

Comissão do Impeachment e STF discutem próximas etapas

O presidente e o relator da Comissão do Impeachment — Raimundo Lira (PMDB-PB) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) — se reúnem hoje, às 16h, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, para decidir os próximos passos do processo contra a presidente afastada, Dilma Rousseff. Os

parlamentares e o ministro estarão acompanhados de equipe técnica.

Lira explicou ontem ser necessária uma adequação jurídica no funcionamento da comissão. Além disso, afirmou que o rito a ser adotado será o mesmo de 1992, quando do processo contra o presidente Fernando Collor de Mello.

— Qualquer mudança a essa altura poderia criar condições para judicialização, o que não é conveniente. Nós temos que ter todos os cuidados e cautelas, além de seguir rigorosamente o que preconiza a lei — disse o senador.

As reuniões da comissão só devem ser retomadas na próxima terça-feira. Raimundo

Lira esclareceu que esse calendário atende a pedido de alguns senadores que estão em viagem oficial ao exterior. Neste primeiro encontro, os parlamentares deverão definir o cronograma das atividades.

Depois de o Plenário do Senado ter aprovado a admissibilidade do pedido de impeachment da presidente Dilma

Rousseff, na semana passada, as ações voltaram à Comissão Especial do Impeachment para a fase de pronúncia, que não tem prazo definido.

Nessa etapa, o ministro do STF Ricardo Lewandowski dará as orientações sobre os procedimentos a serem obedecidos. As dúvidas surgidas serão endereçadas a ele.

Em audiência, entidades defenderam que se faça uma auditoria da dívida federal, que, segundo elas, é alta demais e impede retomada do crescimento econômico do país

Sindicatos criticam tamanho da dívida pública

É NECESSÁRIO QUE se faça uma auditoria da dívida pública federal para que se abra o caminho para o país reequilibrar as finanças e voltar a crescer, segundo participantes de audiência pública organizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

De acordo com eles, o montante que o governo federal tem destinado ao pagamento da dívida pública representa quase metade do Orçamento e supera os investimentos em direitos básicos da população como saúde, educação e transporte.

A dívida pública é formada tanto por empréstimos quanto pela emissão de títulos do governo, que são comprados por investidores com o objetivo de obter remuneração futura por meio de juros.

Paulo Barela, da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), defendeu a imediata suspensão do pagamento da dívida.

— Essa medida política abriria o caixa em mais de 50%. Não foi o povo pobre trabalhador que provocou essa dívida. Ela é fruto de juros sobre juros sobre juros sobre juros, o que leva à situação que estamos vivendo agora — argumentou.

Para o diretor-técnico do Departa-



O economista Luís Fernando Mendes, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, fala na audiência, conduzida pelo senador Paulo Paim (4º à esq.)

mento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, o volume do endividamento do país e o nível da taxa de juros comprometem a capacidade de investimento do Estado.

— Nós criamos mecanismos poderosos de proteção da dívida pública, dos rentistas em relação à dívida pública. Isso exigirá do Congresso, da Presidência, dos governadores, dos prefeitos, das classes políticas e do setor empresarial entendimentos muito difíceis de serem realizados — avaliou.

A crise é em parte resultado de o governo sempre priorizar o mercado financeiro em detrimento da economia real, apontou Luís Fernando Mendes, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. O setor produtivo, disse ele, rejeita o aumento de impostos e defende a retomada da política de desonerações, além de uma reforma tributária e de investimentos em infraestrutura.

De acordo com o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso Dias Cardoso,

o governo precisa atacar os problemas estruturais e os conjunturais:

— A superação da crise passa obrigatoriamente pela retomada do crescimento, sendo que as exportações, os investimentos em infraestrutura e a irrigação do capital de giro das empresas são os instrumentos indispensáveis — afirmou Cardoso.

A audiência pública foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que promete novos debates sobre o tema:

— A nossa obrigação aqui será sempre discutir em favor do interesse do povo brasileiro.

Plenário pode votar PEC que dificulta paralisação de obra pública

Está pronta para ser votada no Plenário do Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2012, que dificulta a paralisação de obras do governo. Já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta é do senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

O texto levanta polêmica por estabelecer um suposto relaxamento na legislação ambiental. A PEC assegura que uma obra pública, uma vez iniciada após a concessão da licença ambiental e demais exigências legais, não poderá ser suspensa ou cancelada a não ser por fatos novos, não existentes quando foram elaborados e publicados os primeiros estudos.

Segundo Gurgacz, a proposta tem por objetivo garantir a rapidez e a economia de recursos em obras públicas sujeitas ao licenciamento ambiental,

impossibilitando a suspensão ou cancelamento de sua execução após a concessão das licenças necessárias.

O autor lembra que há obras que se iniciam e são interrompidas por decisões cautelares, resultantes “de ações judiciais protelatórias”. O senador diz que essas ações decorrem muitas vezes “da inquietude da oposição diante dos possíveis efeitos positivos de uma dada obra pública”.

O relator da proposta na CCJ, o senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT) — hoje ministro da Agricultura —, disse que a ideia é garantir segurança jurídica à execução das obras públicas quando sujeitas ao licenciamento ambiental. Na opinião dele, a PEC não afeta o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e consagra princípios constitucionais da administração pública, como a

eficiência e a economicidade.

Apesar dos argumentos do autor e do relator, a proposta de emenda à Constituição vem encontrando resistência popular.

Numa consulta pública realizada por meio do Portal e-Cidadania, do Senado, a proposta já recebeu a manifestação de 20,5 mil internautas. Das manifestações, apenas 180 eram de apoio à PEC. Assim, na enquete, a grande maioria das opiniões foi contrária à PEC.

Críticas

As críticas à proposta se relacionam a uma potencial flexibilização na legislação de proteção ambiental. O Ministério Público Federal divulgou uma nota logo depois que a PEC foi aprovada na CCJ destacando que, na prática, a medida descaracteriza o processo de licenciamento ambiental e impede o controle posterior sobre o cumprimento das obrigações socioambientais.

De acordo com a nota, a proposta viola princípios constitucionais e compromissos internacionais. Para os procuradores, a PEC “reforça o descaso com a população diretamente atingida por obras e atividades que, pela complexidade e gravidade de seus impactos, necessitam passar pelo processo de licenciamento ambiental”.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e entidades ambientais como o Observatório do Clima e o Greenpeace também se posicionaram contrariamente à proposta.

Partidos buscam nome para presidir Comissão Mista de Orçamento

Líderes dos partidos que compõem a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reuniram-se ontem para tentar um acordo quanto ao nome do novo presidente do colegiado. O cargo é disputado pelos deputados Arthur Lira (PP-AL) e Sergio Souza (PMDB-PR). As negociações continuam hoje.

As conversas também envolvem senadores. Wellington Fagundes (PR-MT) participou do encontro de líderes e foi ao Senado dialogar com colegas do PMDB. Segundo ele, uma das saídas seria a presidência da CMO ficar com um deputado do PP e a relatoria com um senador do PMDB.

O PMDB alega ter a preferência para indicar o presidente da CMO, com base em ofício de 28 de abril do presidente do Senado, Renan Calheiros, segundo o qual a indicação deve levar em conta o tamanho dos blocos no início da legislatura (fevereiro de 2015). À época, o PMDB era a maior legenda do maior bloco. Sergio Souza afirma que a resolução sobre a comissão só faz referência à escolha dos membros, sendo omissa sobre a definição do presidente. Arthur Lira discorda e alega que a regra é considerar o maior bloco partidário na segunda quinzena de fevereiro. Por esse critério, a precedência cabe ao bloco PP-PTB-PSC-PHC.

Se não houver acordo, a tendência é a decisão ser tomada pelo voto. Seria a primeira vez em que o presidente da CMO seria escolhido dessa forma. Tradicionalmente, o nome é definido por aclamação.



Obras da Usina de Jirau, em Rondônia: proposta dificulta paralisação de empreendimentos públicos

CPI do HSBC vota relatório sobre contas de brasileiros na Suíça

Comissão parlamentar de inquérito, instalada em março de 2015, teve dados do Swissleaks liberados pela Justiça francesa em janeiro deste ano

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do HSBC, encarregada de investigar contas não declaradas de brasileiros na Suíça, reúne-se hoje para apresentação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

O relatório inclui informações enviadas em janeiro pela Justiça da França. Na ocasião, os franceses liberaram dados do escândalo conhecido como Swissleaks. Com isso, a comissão teve acesso à documentação referente aos correntistas da filial do banco em Genebra, na Suíça. O Ministério da Justiça e a Procuradoria-Geral da República já possuíam cópias da documentação, mas não podiam compartilhá-la com a comissão sem o consentimento das autoridades europeias.

O banco HSBC é acusado de ter facilitado a evasão de divisas para clientes de diversas nacionalidades entre 2005 e 2007. Estima-se que US\$ 7 bilhões tenham deixado o Brasil sem a devida prestação de contas no período. O esquema foi denunciado por um ex-funcionário do HSBC, o analista de sistemas Hervé Falciani.

No início de agosto de 2015, o Bradesco anunciou que assumiria todas as operações do HSBC no Brasil. A operação de venda da subsidiária do banco inglês para o Bradesco teria movimentado US\$ 5,2 bilhões — equivalente a R\$ 17,6 bilhões —, de acordo com informações divulgadas pela imprensa.

Esquema de evasão

Uma investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos apontou que clientes do HSBC de várias nacionalidades teriam utilizado artifícios para manter em suas contas dinheiro não declarado entre 2005 e 2007. O Brasil aparece como o nono país da lista, com US\$ 7 bilhões nas



Ricardo Ferraço, relator, ao lado de Paulo Rocha e Randolfe Rodrigues, presidente e vice da CPI

contas no período sob investigação.

A CPI surgiu, então, para apurar irregularidades relacionadas a contas bancárias de brasileiros na filial suíça do banco. O colegiado é presidido pelo senador Paulo Rocha (PT-PA). Composto por 11 senadores titulares e 7 suplentes, foi instalado em 24 de março de 2015 e teve o prazo final prorrogado para outubro de 2016.

A comissão aprovou requerimentos pedindo tanto a quebra de sigilo fiscal e bancário de clientes investigados por denúncias de operações irregulares quanto a listagem completa dos brasileiros que possuíam conta na unidade do banco na Suíça entre os anos de 2006 e 2007.

Entre as principais autoridades ouvidas pela CPI, estiveram o presidente do HSBC no Brasil, André Brandão, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Por meio de videoconferência, a comissão também ouviu o especialista em informática e ex-funcionário do HSBC Hervé Falciani, que revelou os dados do esquema de fraude fiscal.

Durante a audiência, Falciani foi questionado sobre o número divulgado até agora, de cerca de 8,7 mil brasileiros com conta no HSBC na Suíça. O especialista em informática disse que o universo é muito maior

que esse, com intermediários e laranjas operando em nome de outras pessoas. Ele também informou que há muitos outros bancos envolvidos no esquema de facilitar evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Vantagens

O especialista em informática disse que não existe na Suíça um registro central de todas as contas abertas nos bancos, o que fragiliza o controle. Em relação a uma estimativa de percentual das contas que estaria ligado a crimes, o depoente disse considerar muito difícil para a Suíça identificar a origem delituosa das contas.

Segundo Falciani, as investigações feitas até agora mostram que há uma atitude ativa por parte dos bancos, que procuram esses clientes e oferecem vantagens. No caso do HSBC, a vantagem é o fato de ter uma “estrutura industrial”, presente em todo o mundo. Parte disso, de acordo com o depoente, ainda não foi revelada pelo Swissleaks. Para ele, é preciso vontade política para acabar com esse tipo de mecanismo. Um avanço importante, defendeu, seria a criação, em mais países, de departamentos de inteligência econômica para coibir a evasão fiscal.

Projeto indeniza usuário por queda de energia

As companhias distribuidoras de energia elétrica podem ser obrigadas a pagar multas aos usuários no caso de interrupção do fornecimento dos serviços, de acordo com projeto que está na pauta de amanhã da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para análise final. Pelo texto (PLS 209/2015), o valor será equivalente à média do consumo do usuário no intervalo de tempo em que ocorrer o corte no fornecimento, cálculo a ser feito com base no consumo dos últimos 12 meses.

Segundo a proposta, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), a multa não será devida em duas hipóteses: nos casos fortuitos (ocorrências especiais no âmbito da própria empresa, mas imprevisíveis) ou de força maior (fatos humanos ou naturais que podem até ser previstos, mas não impedidos, como tempestades ou guerras). O autor diz que o texto não objetiva estabelecer

dificuldades às companhias de fornecimento, nem propiciar benesses ao consumidor. “O que se pretende é promover uma melhora substancial no sistema de fornecimento de energia elétrica no Brasil, colocando um ponto final no descaso verificado no serviço prestado à sociedade pelas concessionárias do setor”, justifica.

O projeto altera a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentou substitutivo, com aprimoramentos para melhor adequar o texto ao Código de Defesa do Consumidor, à Lei de Concessões e aos procedimentos de distribuição de energia estabelecidos pela Aneel.

Aterros sanitários

Também na pauta da CI de amanhã está o projeto que determina que os municípios de mais de 200 mil habi-

tantes deverão dar preferência aos prestadores de serviços de limpeza urbana que oferecerem o aproveitamento do potencial energético dos aterros sanitários para geração de eletricidade.

O PLS 494/2009, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), inclui a exigência na legislação sobre licitações e classifica os aterros sanitários como fontes de energia elétrica para atendimento do Sistema Interligado Nacional.

Crivella salientou a preocupação crescente com os aterros sanitários insalubres, ao mesmo tempo em que os gases produzidos pela decomposição do lixo constituem “vasto recurso econômico, gerando desenvolvimento sustentável”.

Em seu relatório, Walter Pinheiro (sem partido-BA) recomenda a aprovação com as emendas que apresentou para aprimoramento de redação.

Paulo Paim lembra fim da escravidão no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem a Abolição da Escravatura, celebrada em 13 de maio. Ele lamentou, no entanto, que, apesar do avanço que significou o fim da escravidão, muitos negros ainda estejam sofrendo discriminações.

Paim ressaltou, porém, a importância da criação, em 2003, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e de várias outras ações do Estado contra o racismo e pela inserção do negro, como a adoção da política de cotas:

— Aquele que tem compromisso com os direitos humanos deve combater qualquer tipo de preconceito.

Paim também protestou contra a falta de mulheres no ministério de Temer.

Ângela ressalta ganhos para agropecuária em RR

Ângela Portela (PT-RR) comemorou acordo assinado na terça-feira da semana passada entre os governos federal e de Roraima. O protocolo transfere mais de 4 milhões de hectares de terras da União para o estado.

Ela explicou que Roraima fará um grande programa de regularização fundiária. Com a garantia da posse definitiva de propriedades para produtores rurais, será possível, disse, aumentar a produção agropecuária.

— Daremos um salto quantitativo e qualitativo em nossa produção agrícola.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington elogia regras para conselho de veterinária

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a edição do decreto que, disse, democratiza o processo eleitoral do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos conselhos regionais.

Segundo o senador, o texto corrige vários equívocos que burocratizavam o processo eleitoral e dificultavam a participação de chapas concorrentes, fazendo com que o mesmo grupo presidisse, por 26 anos, o conselho federal.

Para ele, a perpetuação no poder é descabida em qualquer representação:

— O decreto promove uma verdadeira democratização no processo eleitoral dos conselhos de medicina veterinária, visando corrigir distorções.

Reguffe lamenta crise administrativa no DF

Reguffe (sem partido-DF) considera muito ruim o desempenho do governo distrital. Ele declarou esperar que o governador Rodrigo Rollemberg possa mudar o rumo da administração e atender a expectativa do povo. Reguffe, que apoiou Rollemberg, chamou a atenção para a crise na saúde pública por falta de profissionais e medicamentos e criticou o aumento dos impostos do DF, que subiram acima da inflação.

— Espero que o governador honre o programa de governo oferecido à população no período eleitoral.



Alcineira Maniz/Agência Senado

Comissão pode proibir sigilo em cartão corporativo

Segundo o relator, Antonio Anastasia, somente 9% das despesas realizadas no exercício de 2015 foram divulgadas, sendo os 91% restantes classificados como “informações protegidas por sigilo”

A COMISSÃO DE Transparência e Governança Pública pode votar hoje, a partir das 14h30, o projeto que obriga a publicação na internet dos gastos pessoais do ocupante da Presidência da República e de seus familiares, bem como do governo federal, feitos com o uso do cartão corporativo. O PLS 62/2016, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), proíbe a classificação desses gastos como sigilosos.

Caiado justificou que essas despesas são até tornadas públicas, mas sem o detalhamento necessário.

— Observa-se que muitos gastos com esse cartão, especialmente no caso da Presidência da República, são classificados como sigilosos.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), modificou o texto

para regulamentar com mais detalhes esse instrumento de pagamento. Uma das regras previstas é a proibição de saques em dinheiro com o cartão de pagamentos, a não ser com prévia autorização.

Anastasia afirmou que “somente 9% das despesas realizadas no exercício de 2015, de um total de aproximadamente R\$ 6 milhões, foram divulgadas no Portal da Transparência, sendo os 91% restantes classificados como “informações protegidas por sigilo”.

Ciclo de debates

A comissão deve examinar também um pedido de João Capiberibe (PSB-AP) para realização de ciclo de debates sobre os sites de transparência em todas as esferas da

administração pública. Entre os convidados, estão representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, o secretário do Contas Abertas, Gil Castelo Branco, e o promotor do estado do Amapá Afonso Guilherme.

Capiberibe justificou que a Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) é arma eficiente no combate à corrupção, obrigando União, estados e municípios a colocarem suas contas na internet.

— A promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes por parte da sociedade — explicou o senador do Amapá.

Sistema de comunicações ópticas para defesa nacional deve ser votado hoje

O sistema de comunicações ópticas para a defesa nacional está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), prevista para as 8h45.

O substitutivo ao PLS 158/2015 prevê a criação do sistema, que será composto por comprimentos de onda em fibras ópticas disponibilizados, gratuita e prioritariamente, pelas prestadoras de telecomunicações.

De acordo com o autor, Ciro Nogueira (PP-PI), os serviços de comunicação de dados militares no Brasil apresentam elevado risco de vazamento, pois são fornecidos por operadoras privadas, muitas das quais estrangeiras. Além disso, os serviços também correm risco de ficar indisponíveis durante a renovação das contratações.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), permite que a União use, para compor o sistema, até 1% da capacidade de fibra óptica instalada por cada empresa de telecomunicações. Para ele, a utilização de percentual excessivo de ocupação das fibras poderia inviabilizar os investimentos realizados pelas empresas.

O projeto garante que a União distribuirá com equidade as solicitações entre as empresas, tomando por base critérios de extensão e segurança de suas redes de fibras ópticas.

De acordo com o substitutivo, os recursos para o funcionamento do sistema virão de um fundo alimentado pela contribuição de 0,1% sobre

a receita operacional bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.

Após a apreciação pela CCT, a matéria será examinada em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Dessalinização

Também pode ser votado projeto que estimula a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas. Para isso, o PLS 259/2015, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), inclui incentivos na Política Federal de Saneamento. O relator é Marcelo Crivella.

A proposta também determina que a União deve priorizar o atendimento ao consumo humano no semiárido e em outras localidades com escassez de água na hora de decidir sobre alocação de recursos para incentivar a adoção de tecnologias de dessalinização da água.

Eunício citou dados da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo os quais 97,5% da água existente no mundo é salgada e está nos oceanos. Ele acrescentou que, no semiárido nordestino, a água subterrânea é salobra, inadequada para o consumo humano. Essa realidade, somada ao fato de que o desenvolvimento tecnológico tem barateado o custo da dessalinização, levou Eunício a apresentar a proposta, que visa aumentar a oferta de água potável, especialmente no Nordeste.



Proposta de Caiado recebeu ajustes de Anastasia, como a previsão de que saques só sejam feitos com prévia autorização

Projeto que inclui ensino superior na Lei Rouanet está na pauta

O projeto que autoriza as instituições públicas de ensino superior a receber recursos da Lei Rouanet está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), marcada para as 11h45. Se aprovado, o PLS 432/2015 segue para a Câmara.

A Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet,

regula a dedução, no Imposto de Renda, de doações para diversas áreas, como artes cênicas, literatura, música, artes plásticas e cinema. O projeto inclui, entre elas, educação pública de nível superior. Além disso, permite a aplicação de recursos dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) na

construção, reforma e compra de equipamentos para salas de aula dessas instituições.

Para o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), é justo que as entidades públicas possam contar com esse apoio, especialmente em tempos de crise.

— Assim, as universidades públicas poderão promover projetos indispensáveis para

o fortalecimento de nossa cultura — argumentou.

O relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) é favorável à aprovação, sem mudanças.

Também está na pauta o PLS 328/2015, de Telmário Mota (PDT-RR), que regulamenta a profissão de educador social. As atribuições do educador social podem ser exercidas

dentro ou fora do espaço escolar tradicional e envolvem a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da educação ambiental.

Depois de apreciado na CE, o projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais. A proposta recebeu parecer favorável, com emendas, do relator, Paulo Paim (PT-RS).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: vago
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Audiência debate participação estrangeira em aéreas nacionais

Parlamentares convidaram especialistas para discutir medida provisória que aumenta de 20% para 49% o limite de participação estrangeira e elimina tarifa destinada a reformas de aeroportos

O FIM DO Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) e o aumento da participação estrangeira no capital das companhias aéreas brasileiras estarão em debate hoje. A audiência pública será promovida pela comissão mista que analisa a medida provisória que trata desses e de outros assuntos relacionados ao setor aéreo (MP 714/2016).

A MP estabelece o fim do Adicional de Tarifa Aeroportuária a partir de 1º de janeiro

de 2017. O tributo é cobrado dos passageiros, em tarifas embutidas nas passagens, e das companhias aéreas, sobre os procedimentos de pouso e permanência das aeronaves. O valor se destina a financiar reformas e expansões de aeroportos administrados pela Infraero. O adicional representa um acréscimo de 35,9% no valor das tarifas.

A MP 714 também eleva de 20% para 49% o limite de participação estrangeira no



Gerardo Magela/Agência Senado

Controle acionário de companhias aéreas brasileiras poderá ser assumido, em alguns casos, por empresas estrangeiras

capital com direito a voto das companhias aéreas brasileiras.

Controle acionário

O texto abre a possibilidade de negociação de acordo de reciprocidade (entre o Brasil e outro país) que permita a uma empresa estrangeira adquirir o controle do capital de uma

companhia aérea brasileira (acima de 50% das ações), desde que uma empresa nacional também possa adquirir o controle de uma aérea em outro país.

A comissão, presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF), convidou para o debate representantes da Associação

Brasileira das Empresas Aéreas e da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional. O Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato de Aviação Agrícola também devem enviar representantes.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Para reduzir custo, relator propõe unificar ICMS

A alíquota máxima do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o querosene usado na aviação poderá ser fixada em 12% para as operações internas. A proposta poderá ser deliberada hoje na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ela foi formulada por meio de emenda do relator, Jorge Viana (PT-AC), que considerou “catastrófica” e “pré-falimentar” a situação das companhias aéreas.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 55/2015, de autoria de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), era composto de seis artigos. No entanto, para

assegurar que as distribuidoras de combustíveis repassem toda a redução de ICMS para o preço pago pelos consumidores, o relator apresentou emenda suprimindo quatro artigos do texto original. Ficaram apenas dois dispositivos: o da alíquota de 12% e o da cláusula de vigência, fixada em dez dias a partir da data de publicação da lei.

Após a deliberação da CAE, o projeto seguirá para o Plenário. Como compete ao Senado legislar privativamente sobre alíquotas do ICMS, o texto não será votado pela Câmara.

Segundo Viana, cabe ao Senado colocar fim à guerra fiscal nos estados em relação

às alíquotas de ICMS para o querosene de aviação. Essas taxas oscilam de 3% a 25%, chegando a variar até mesmo entre aeroportos de uma mesma unidade da Federação. No Maranhão, exemplificou, são aplicadas quatro alíquotas diferentes (25%, 17%, 12% e 7%).

O relator diz que essa guerra fiscal leva as empresas aéreas a praticarem o chamado *tanke-ring*, que é o abastecimento de combustível em quantidade superior ao necessário nos aeroportos com menor incidência de ICMS. O peso adicional prejudica o desempenho da aeronave e faz com que ela seja mais poluente, segundo ele.

Audiência pública analisa competitividade da indústria mineral do estado de Goiás

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração fará hoje audiência pública interativa sobre o atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e seu impacto na competitividade da indústria mineral goiana.

Foram convidados o prefeito e os presidentes da Câmara Municipal e da Associação Comercial e Industrial de Niquelândia (GO), respectivamente Luiz Teixeira Chaves, Leonardo Ferreira Rocha e

Almir Pedroso da Silva; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa do município, Geraldo Lopes de Souza; e o gerente-geral da Votorantim Metais local, Jose Maximino Tadeu Ferron.

A audiência pública terá caráter interativo e, por isso, o público interessado poderá participar do debate por meio do Portal e-Cidadania ou do Alô Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Texto propõe regra que agiliza exploração de granito e mármore

Regras mais simples para a exploração de rochas ornamentais, como granito, mármore e ardósia, devem ser analisadas hoje pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), abre a possibilidade para que as rochas sejam exploradas apenas com licenciamento (PLS 773/2015). Pelas regras

em vigor, esse tipo de extração mineral está sujeito a regimes de autorização e concessão.

Esses procedimentos, ressalta Ferraço, podem levar até cinco anos, dificultando

o trabalho de mineradoras e marmorarias. Ele explica que o setor é pressionado pelas frequentes mudanças de tendências do mercado de arquitetura e decoração, e os pequenos produtores não conseguem atualizar as carteiras de produtos devido a dificuldades burocráticas para acesso a novas jazidas.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou relatório favorável à proposta.

Silvicultura

A CMA também pode votar a proposta do senador Alvaro Dias (PV-PR) que beneficia silvicultores responsáveis pelo cultivo de árvores florestais. O projeto de lei exclui a silvicultura da lista de práticas poluidoras e prejudiciais ao meio ambiente contida na Política Nacional do Meio

Ambiente, tornando-a isenta da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. O relatório do senador licenciado e ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP-MT), é favorável à proposta (PLS 214/2015).

Reflorestamento

A pauta da comissão inclui ainda projeto para reduzir o desmatamento na Amazônia e incentivar a recuperação de áreas degradadas.

Conforme o PLS 428/2015, de Valdir Raupp, a retirada de vegetação nativa na região, dentro dos limites previstos no Código Florestal, poderá ficar condicionada ao reflorestamento de área equivalente, preferencialmente degradada, dentro do bioma.

O relator, senador Jorge Viana (PT-AC), é favorável ao texto, com quatro emendas.



Weverton Rocio/Governo do Espírito Santo

Produção nacional de rochas ornamentais, usadas em pisos e bancadas, pode ganhar novas normas, em análise hoje

Dados em rótulo podem salvar vida de alérgico

Norma determinando que embalagens contenham aviso sobre a presença de ingredientes com maior potencial de causar reações deve ser implantada até julho e pode virar lei

Aline Guedes

URTICÁRIA, INCHAÇO, COCEIRA, eczema, dor abdominal ou até mesmo comprometimento de órgãos. Quem sofre de alergia alimentar conhece bem esses sintomas. E enfrenta diariamente os riscos decorrentes da falta de uma legislação que obrigue os fabricantes de alimentos a expor nos rótulos dos produtos a presença de alérgenos.

O problema poderá, contudo, ser minimizado a partir de julho, quando termina o prazo para a adequação da rotulagem a uma norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e futuramente com a eventual aprovação de um projeto de lei que tramita no Senado.

A mobilização em favor da regulamentação é liderada pela associação de defesa dos direitos dos consumidores Proteste e pela equipe da campanha Põe no Rótulo. A campanha foi criada em fevereiro de 2014 por famílias brasileiras de alérgicos alimentares que se uniram pela internet para reivindicar o direito à informação. A iniciativa teve adesão de mais de 100 mil pessoas e o apoio de famosos como o ator Mateus Solano, o ex-jogador Zico e a cantora Paula Toller.

Foi a pressão desses movimentos que levou a Anvisa a aprovar, em junho de 2015, norma determinando que indústrias de alimentos e bebidas coloquem aviso nos rótulos de seus produtos sobre a presença de ingredientes com maior potencial de causar alergias (veja o Saiba mais).

A regra também prevê que as empresas informem a possibilidade de contaminação dos alimentos, durante a fabricação, por produtos não previstos. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando um biscoito que não contém amendoim é processado na mesma máquina que fabrica outro produto com essa leguminosa. O alerta de que o biscoito “pode conter traços de amendoim” deve estar estampado em negrito, logo após a lista de ingredientes.

Intolerância

Antes da norma da Anvisa, a legislação determinava apenas que as empresas informassem a lista de ingredientes e a eventual presença de glúten. No entanto, doença celíaca (ou outro tipo de intolerância ao glúten) e intolerância à lactose não são consideradas alergias alimentares. O consultor do Senado Denis Murahovski ex-

plica que pessoas com alergias podem desenvolver reações graves a alimentos que são consumidos de forma segura pela maior parte da população, mesmo quando ingeridos em pequenas quantidades.

— Indivíduos com alergia ao leite podem desenvolver complicações graves, como choque anafilático [reação com risco de morte], ao consumirem pequenas quantidades desse produto, enquanto pessoas com intolerância à lactose suportam quantidades bem maiores — destaca.

Nos casos mais graves, os malefícios aparecem pouco tempo após o contato com o alimento. Em outros, podem levar dias para surgir. No Brasil, o problema atinge entre 6% e 8% das crianças com menos de 3 anos e de 2% a 3% da população adulta.

Ovo, leite, amendoim, soja, trigo, castanhas, peixes e crustáceos são os responsáveis por cerca de 90% das alergias. Como não existe cura, a restrição no consumo é a principal alternativa para prevenir o aparecimento das complicações clínicas.

Projeto

Outra iniciativa com objetivo semelhante à norma da Anvisa é um projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentado no ano passado. O texto determina que os rótulos dos alimentos informem a presença de substâncias potencialmente alérgenas.

O PLS 155/2014 está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão final. O relator é Eduardo Amorim (PSC-SE). Valadares argumenta que, apesar de haver a descrição dos ingredientes, as informações nem sempre são completas e frequentemente contêm termos técnicos ou científicos, dificultando o entendimento. Estudos da Unidade de Alergia e Imunologia do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo mostraram que 39,5% das reações alérgicas foram relacionadas a erros na leitura de rótulos. A própria Anvisa identificou que as diferentes formas de rotular alérgenos causam confusão e insegurança.

O senador defende que o aviso no rótulo evita desconfortos ou ocorrências médicas, com custo adicional praticamente nulo para os fabricantes. “Nossa iniciativa, além de ampliar o direito de informação, promove a modernização da legislação



Para a maioria dos alimentos embalados, a rotulagem é o principal meio de informação sobre a presença de alérgenos

brasileira de rotulagem de alimentos, pois propõe medida semelhante àquela adotada nos países da União Europeia, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia”, justifica no projeto.

Compreensão

Os alérgicos confirmam as dificuldades apontadas pelo senador. Decifrar os ingredientes em meio a letras minúsculas, conhecer as diferentes nomenclaturas usadas para identificar um ingrediente e não ter informações básicas sobre a presença de alérgenos (como o uso termos genéricos que não identificam a origem) são alguns dos desafios que eles encontram.

A professora Juliana Póvoa, de 35 anos, é alérgica à alfa-lactoalbumina, uma das proteínas do leite. Ela descobriu já adulta e chegou a ser internada com crises de asma, bronquite e eczema. Para Juliana, falta entendimento das pessoas sobre a seriedade da questão.

— Nós, alérgicos, estamos expostos a diversos riscos, constantemente. Não temos escolha — afirma.

O servidor público Eduardo Xavier, de 39 anos, descobriu que é alérgico a frutos do mar, especialmente camarão, quando tinha 8 anos. Tentou ignorar os sintomas e continuar ingerindo os alimentos, mas a hipersensibilidade avançou.

— Da última vez que comi, fui parar no hospital com edema de glote — conta.

Para a advogada Cecilia Cury, uma das coordenadoras da campanha Põe no Rótulo, informação adequada pode salvar vidas.

Dicas para pessoas com alergia

- Crianças e adultos com alergia podem ter uma **vida normal**. Siga a dieta recomendada pelo médico ou nutricionista e faça as substituições alimentares adequadas.
- Dê preferência a **alimentos frescos**, preparados por você ou pessoas de sua confiança.
- Preste atenção também aos **rótulos** de produtos industrializados, como os de higiene e cosméticos (sabonetes, pomadas, condicionador, xampu, protetor solar etc.) e de medicamentos (lactulona, suplementos de cálcio etc.), que também podem conter alérgenos.
- Leia constantemente os rótulos, inclusive de produtos aos quais você já está acostumado, pois a **formulação** pode mudar.
- Evite produtos que não contenham rótulo com a **lista de ingredientes** (por exemplo, alguns dos produzidos em padarias e confeitarias).
- Tenha cuidado com comidas vendidas em **restaurantes, lanchonetes** e similares. Converse com o responsável e se certifique dos ingredientes usados e do modo de preparo. Na dúvida, não coma.
- Prefira produtos embalados diretamente pelo fabricante. **Frios** (presunto, mortadela etc.) fatiados em padarias e mercados geralmente são cortados na mesma máquina que os queijos e pode ocorrer contaminação cruzada.
- No **açougue**, verifique se há risco de contaminação cruzada (carnes temperadas junto de carnes in natura, por exemplo).
- Para alérgicos à proteína do leite, é importante garantir o aporte de **cálcio**. Inclua na dieta: espinafre, brócolis, melado, feijão branco, tofu e couve cozida. Crianças precisam ingerir de 800 a 1.000 mg de cálcio todos os dias. Consulte seu médico ou nutricionista para fazer a complementação adequada.
- Comunique a escola, os familiares, os amigos e todos que convivem com **crianças alérgicas** sobre as restrições alimentares.
- Leia **blogs**, participe nas **redes sociais** de grupos de apoio, troque informações com pessoas que enfrentam as mesmas dificuldades.
- Se você **amamenta** um bebê alérgico, busque um profissional de saúde para orientar sua dieta, pois os alérgenos podem passar pelo leite materno.
- Como a restrição do consumo de alimentos alérgenos é a única forma disponível de prevenir o aparecimento das reações e complicações clínicas, a **informação** é a principal ferramenta para a manutenção da saúde.

Fonte: Cartilha da Alergia Alimentar — Proteste/Põe no rótulo



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre alergias alimentares: <http://bit.ly/alerigiaAlimentar>

Saiba mais

Normas da Anvisa sobre rotulagem
<http://bit.ly/normasRotulagem>

Resolução Anvisa/DC 26/2015
<http://bit.ly/resolucao26>

Campanha Põe no Rótulo
www.poenorotulo.com.br

PLS 155/2014
<http://bit.ly/PLS155de2014>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania